

HISTÓRIA E TELEOLOGIA EM DARWIN E MARX PARA ENTENDER UM DEBATE

HISTORIA Y TELEOLOGÍA EN DARWIN Y MARX. PARA ENTENDER UN DEBATE

HISTORY AND TELEOLOGY IN DARWIN AND MARX. TO UNDERSTAND A DEBATE

HISTOIRE ET TÉLÉOLOGIE CHEZ DARWIN ET MARX POUR L'ENTENDEMENT DU DÉBAT

DOI: [10.5533/1984-2503-20102404](https://doi.org/10.5533/1984-2503-20102404)

Maurício Vieira Martins

RESUMO

O artigo discute até que ponto uma concepção de mundo teleológica está presente no pensamento de dois autores tão distintos como Darwin e Marx. Entendendo tal concepção como aquela que afirma que o curso da história natural e social ruma em direção a uma finalidade determinada, realizou-se aqui um movimento duplo. Num primeiro momento, comentamos aquelas passagens que parecem de fato confirmar a presença de uma visão de mundo finalista na obra dos dois autores. Não obstante isso, num segundo momento do artigo – e também a partir de uma investigação textual – sustentamos que ambos autores elaboraram, cada qual a seu modo, conceitos que permitem superar os limites da referida visão finalista. Desta forma, ficam esboçadas as bases para o entendimento da História como um processo simultaneamente determinado e em aberto se fazendo. Entendemos ser tal entendimento o veio mais fecundo das distintas obras, a ser resgatado e aprofundado em nossa contemporaneidade.

Palavras-chave: História, teleologia, darwinismo, marxismo.

RESUMEN

El artículo analiza hasta qué punto una concepción de mundo teleológica está presente en el pensamiento de dos autores tan distintos como Darwin y Marx. Entendiendo tal concepción como aquella que afirma que el curso de la historia natural y social se dirige hacia un fin determinado, se realizó aquí un doble movimiento. En un primer momento, comentamos aquellos pasajes que parecen confirmar la presencia de una visión de mundo finalista en la obra de los dos autores. Sin embargo, en un segundo momento del artículo – y también a partir de una investigación textual – sustentamos que ambos autores elaboraron, cada uno a su manera, conceptos que permiten superar los límites de la referida visión finalista. Así, quedan esbozadas las bases para la comprensión de la Historia como un proceso simultáneamente determinado y en abierto que está siendo hecho. Comprendemos que este entendimiento es el fundamento más fecundo de las distintas obras, a ser rescatado y profundizado en la contemporaneidad.

Palabras-clave: Historia, teleología, darwinismo, marxismo.

ABSTRACT

This paper discusses to what extent a teleological conception of the world is present in the thought of such distinct authors as Darwin and Marx. Since we understand this conception as asserting that the course of natural and social history makes its way to a determined goal, we perform a double movement here. First, we comment on the excerpts that actually seem to confirm the presence of a finalist vision of the world in the works of these two authors. Yet, in a second step – still based on text investigations –, we sustain that both, each in his own way, designed concepts allowing to overcome the limits of this finalist vision. We thus outline the bases to understand history as a process both determined and open, in progress. We consider such understanding as the most fruitful approach to their works. It should be rescued and deepened in the present days.

Key words: History, teleology, Darwinism, Marxism.

RÉSUMÉ

L'article discute à quel point une conception téléologique du monde peut avoir sa place au sein de la pensée de deux auteurs aussi distincts que Darwin et Marx. En comprenant une telle conception comme celle qui établit le cours de l'histoire naturelle et sociale suivant un

axe dirigé vers des fins déterminées, l'on a opéré ici un double mouvement. Tout d'abord, nous avons fait des remarques sur les seuls extraits qui semblaient effectivement confirmer l'existence d'une vision finaliste dans les ouvrages des deux auteurs. Nonobstant, dans un second moment de l'article et également à partir d'une investigation textuelle, nous soutenons que les deux auteurs ont élaboré, chacun à leur façon, des concepts qui permettent de dépasser les limites de cette vision finaliste. C'est ainsi qu'ont été jetées les bases de la compréhension de l'Histoire en tant que processus en cours, à la fois déterminé et ouvert. Nous concevons qu'un tel entendement est la voie la plus féconde d'envisager les œuvres de ces deux auteurs, suggérant une reprise en compte et un approfondissement de leurs œuvres à la lumière de la contemporanéité.

Mots-clés : Histoire, téléologie, darwinisme, marxisme.

“A teleologia, tal como usualmente entendida, havia recebido um golpe mortal pelas mãos do senhor Darwin”¹; assim se pronunciou Thomas Huxley, ao ler pela primeira vez *A origem das espécies*, texto publicado em 1859. Quando reconstituímos a ambiência intelectual de meados do século XIX, torna-se mais claro o sentido deste comentário.

Com efeito, era então predominante uma concepção que visualizava o transcurso da história no mundo natural e social como sendo presidido por uma finalidade, um *telos*. Não obstante as diferenças existentes entre cada perspectiva teleológica, pode-se afirmar que era recorrente a suposição de que a finalidade a ser alcançada relacionava-se com o aprimoramento das diferentes espécies vivas, inclusive e sobretudo a nossa espécie humana. Ao investigar os pressupostos filosóficos das perspectivas teleológicas, vemos que eles se enraízam, afinal, numa certa concepção religiosa do cosmos: a imagem de um Deus ou demiurgo voluntarioso que imprime sua finalidade numa matéria inicialmente amorfa é recorrente em diferentes cosmologias. Desde o *Timeu* de Platão, até o Espírito Absoluto de Hegel, a busca por uma finalidade era concebida como força motora incontornável que exerce seus efeitos nos mais diferentes domínios da experiência.

Mas por que, poderíamos nos indagar, chamou a atenção em especial de T. Huxley o conteúdo antiteleológico do texto de Darwin de 1859? Por que razão também F. Engels durante sua leitura de *A origem...*, escreveu uma carta para K. Marx afirmando que

¹ Apud Mayr, Ernst (2005). *Biologia, ciência autônoma*, São Paulo: Companhia das Letras. p. 57.

“*havia ainda um aspecto da teleologia a ser demolido, e agora ele foi*”²? Merece análise o fato de que, entre as inúmeras questões presentes no extenso texto darwiniano de 1859, alguns leitores ilustres destacaram especialmente o que entenderam ser uma crítica a uma concepção finalista da natureza que ali se manifestava.

Levando-se em conta tais aspectos aqui apenas inicialmente aflorados, esclarecemos que o artigo que se segue tem um objetivo pelo menos duplo. O primeiro deles é tornar mais transparentes as razões pelas quais a concepção de Darwin sobre as espécies foi recebida como sendo uma crítica à teleologia natural. O segundo é evidenciar que também K. Marx, certamente percorrendo um trajeto bem distinto do de Darwin, vai se ver envolvido ao longo de sua obra num debate com as concepções teleológicas de sua época (a de Hegel à frente), mas tendo como objeto a própria história humana. Talvez não seja excessivo, aliás, lembrar que, durante a leitura do próprio Marx (em dezembro de 1860) de *A origem das espécies*, ele escreveu a Engels que “*neste livro se encontra o fundamento histórico-natural de nossa concepção*”. Observação forte – tendo em vista que um *fundamento* é algo essencial na obra de um pensador –, que sugere existir aqui um núcleo temático que demanda investigação.

Por outro lado, dificulta nossa tarefa saber que o ponto sob exame é particularmente controvertido. Pois há autores importantes que entendem (diferentemente dos já citados T. Huxley e F. Engels) que o darwinismo seria, afinal, uma forma mais sofisticada de teleologia, a ponto de James Lennox – um biólogo contemporâneo bastante conceituado – ter escrito um artigo intitulado: “*Darwin was a Teleologist*”³. E também no que diz respeito à recepção dos textos de Marx, são incontáveis as leituras que afirmam que, no fundo, a aposta marxiana numa futura sociedade socialista seria a reedição de uma escatologia secularizada (basta lembrar a vertente interpretativa sustentada, dentre outros por Leszek Kolakowski). Como vemos, o teor do relacionamento dos dois autores ilustres aqui em foco com uma certa visão finalista da história, longe de ter gerado um consenso mínimo entre os comentaristas provocou, na verdade, as mais ásperas divergências no debate posterior.

Mas antes de enfrentarmos este núcleo temático – com todas as ambivalências que, reconhecemos desde já, de fato o caracterizam –, um último comentário introdutório

² Engels to Marx (11/12/1859). Sítio da Internet: http://www.marxists.org/archive/marx/works/1859/letters/59_12_11.htm. Consulta em 10/03/2010.

³ Lennox, James (1993). “*Darwin was a Teleologist*”, In *Biology and Philosophy* vol. 8, p. 408-421.

se faz necessário. Pois a aproximação que fizemos pouco atrás entre as concepções de Darwin e Marx certamente não significa a inexistência de divergências entre estes dois pensadores. Longe disso: as diferenças existem e são consideráveis. Além do fato, bastante óbvio, de que Darwin se ocupa daqueles fenômenos do chamado mundo natural, ao passo que Marx elege um objeto bem distinto (as sociedades humanas já constituídas), existem tensões reais entre as duas visões de mundo.

É bem conhecido, por exemplo, o registro de que, para além de seu entusiasmo inicial, Marx afirmou também que Darwin teria transposto acriticamente a realidade competitiva de uma sociedade capitalista para o domínio dos fenômenos naturais⁴. Darwin, por sua vez, educadamente recusou a oferta que E. Aveling – genro de Marx – lhe fez. Tal oferta consistia numa dedicatória formal ao próprio Darwin do livro sobre religião que Aveling havia escrito (não se tratava de *O capital* de Marx, como durante muito tempo erroneamente se supôs). E o naturalista inglês manifestou sua recusa deixando por escrito um pronunciamento que, embora respeitoso, sugere que ele tinha algumas reservas à visão de mundo assumida por Aveling⁵.

Isso posto, não deixa de ser verdade que uma articulação entre a visão de mundo darwiniana e a marxista é certamente possível, e vem sendo explorada por diferentes autores, a rigor já desde o século XIX. O presente artigo se inscreve portanto nesta tradição, buscando sua originalidade não só no exame de um aspecto conceitual determinado, como também na tentativa de atualizar um debate.

* * *

Começamos então por Darwin. Para entender sua polêmica com a teleologia naturalista, é necessário ter em mente que a tomada de posição darwiniana se inscreve numa concepção mais geral, que afirma a existência de sucessivas transformações no âmbito das diferentes espécies de seres vivos, sejam eles animais ou plantas. Conforme é sabido, foi na recusa da aceitação do relato bíblico sobre a origem das espécies, presente no livro do Gênesis, que a singularidade da posição de Darwin se manifestou com mais

⁴ Marx to Engels (18/06/1862). Sítio da Internet:

http://www.marxists.org/archive/marx/works/1862/letters/62_06_18.htm. Consulta em 10/03/2010.

⁵ A reconstituição correta deste episódio pode ser encontrada em: Fay, Margaret A. (1978). “Did Marx Offer to Dedicate Capital to Darwin?: A Reassessment of the Evidence”, In *Journal of the History of Ideas*, Vol. 39, No. 1, p. 133-146.

força. Tal relato influenciava mesmo os mais eminentes cientistas do século XIX, que assumiam o pressuposto de que as diferentes espécies vivas haviam sido criadas diretamente por Deus, não cabendo dizer que elas sofreram modificações, já que se manteriam estáveis ao longo do tempo. Para explicar as então recentes descobertas de fósseis que mostravam claramente que a Terra fora povoada por outros entes, bem distintos dos atuais, a alternativa existente era afirmar que Deus havia criado e destruído sucessivamente diferentes espécies, mas que a Bíblia relatava apenas o último episódio da criação.

Em contrapartida, ao afirmar a existência de um ancestral comum para as diferentes espécies e, conseqüentemente, sustentar que elas se transformaram profundamente ao longo do tempo, Darwin dá uma história para o mundo natural. Ele nos mostra que mesmo aquelas formas de vida que nos parecem mais estabilizadas são na verdade o produto de um devir. Daí nosso autor afirmar ter chegado à *“cabal convicção de que as espécies se modificaram e estão se modificando lentamente, através da preservação e acumulação de variações favoráveis sucessivas e ligeiras”*⁶. Certamente Darwin não foi o primeiro a afirmar estas modificações: ele próprio, já nas páginas iniciais de *A origem*, enumera judiciosamente autores como Lamarck, Geoffroy Saint-Hilaire e H. C. Wells (entre outros) como precursores de sua teoria. Porém, o fato é que Darwin foi o responsável pela maior sistematização e análise da enorme quantidade de processos e fenômenos naturais que comprovavam, para usar a sua expressão, a “descendência com modificações” (o termo “evolução” só se estabilizará posteriormente) e, mais do que isso, pela formulação de um conceito explicativo do mecanismo pelo qual isso ocorre.

Ultrapassado o limite das concepções fixistas de origem bíblica, e aceito finalmente o transformismo do mundo natural, havia porém uma questão crucial a ser enfrentada: como transcorria este devir histórico? Seria correto afirmar, por exemplo, que ele é comandado por uma finalidade? Chegamos então ao nosso tema central. Não sendo a ocasião de analisar aqui os diferentes matizes de evolucionismo presentes no século XIX, mencionaremos apenas um deles, que ficou conhecido como ortogênese. Resumidamente falando, a ortogênese supunha que a mudança nos organismos se devia a uma tendência interna existente no interior de cada um deles: era o desejo (*besoin*) de mudança a que se referia um Lamarck. Ainda que rompendo com o modelo fixista mais ortodoxo, as

⁶ Darwin, Charles (2002). *Origem das espécies*, Belo Horizonte: Itatiaia. p. 375.

concepções ortogenéticas eram teleológicas: supunham que as transformações nos organismos transcorriam sob a égide de uma finalidade neles internamente inscrita. Já o mecanismo de mudança das espécies afirmado por Darwin é inteiramente diverso, ele o nomeia como *seleção natural*, e é disso que nos ocuparemos a seguir.

Convém desde agora lembrar que, ao analisar o conceito de seleção natural, o pesquisador contemporâneo se vê diante de um desafio singular: sustentamos a hipótese de que, em sua gênese, o conceito apresentava ainda uma matriz teleológica (que explicitaremos a seguir). Não obstante isso, seus desdobramentos posteriores apontam numa direção muito distinta da moldura inicial na qual foi produzido.

Recordemos que o conceito de seleção natural foi originalmente formulado por Darwin a partir de uma comparação com os criadores de animais e com os melhoristas de plantas. Pois o que eles faziam era uma seleção, no interior da prole de uma determinada espécie, daqueles exemplares que desejavam reproduzir de acordo com critérios valorativos humanos (os mais “belos”, ou os mais “vigorosos”, etc.). Quando Darwin compara a ação da natureza com a destes agentes humanos, ele visava sobretudo tornar mais claro o entendimento das enormes modificações históricas pelas quais passaram as espécies atuais: a ideia era evidenciar que apenas o contato com o exemplar vivo atual é insuficiente para atestar a imensa distância entre ele e seu ancestral mais remoto. Porém, notemos que a analogia entre os processos naturais e a ação humana desenvolvida pelos criadores de animais traz para o argumento darwiniano um complicador que gerou imensas polêmicas posteriores. É que o passo seguinte do argumento será afirmar que a própria natureza – e não apenas os homens – tem condições de operar uma seleção análoga. Daí a pergunta formulada pelo próprio Darwin:

“Por que, se o homem é capaz de selecionar pacientemente as variações que lhe são mais proveitosas, não seria capaz a natureza de selecionar as variações que, sob determinadas condições novas de existência, não se mostrassem mais úteis para seus possuidores? (...) De minha parte, não vejo limites para este poder (...).”⁷

Ora, o risco aqui é evidente: atribuir à natureza o papel de um sujeito volitivo, que age – consciente ou inconscientemente – seguindo a meta implícita de produzir formas de vida “mais úteis”. Se, no caso dos criadores de animais e plantas que planejam quais as características que neles desejam tornar mais acentuadas, existe de fato um sujeito consciente que se põe finalidades (e a inteira atividade transcorre sob a égide da

⁷ Ibidem, p. 366.

finalidade posta como objetivo), já no que toca à natureza, se admitirmos a existência de um processo análogo, no fundo arriscamo-nos a reabilitar a antiga teleologia que estava precisamente sendo questionada. Se esta é apenas uma possibilidade de interpretação ao início de *A origem das espécies*, ela ganha força nas páginas finais do texto, quando Darwin afirma textualmente que *“assim, é da batalha natural, é da fome e da morte que advém o mais elevado objetivo que somos capazes de conceber: a produção dos animais superiores. Existe efetiva grandiosidade neste modo de encarar a Vida (...)”*.⁸

Vê-se aqui com clareza que alguns supostos de uma peculiar concepção de mundo finalista ainda se infiltram no texto darwiniano de 1859. Com efeito, ele comporta uma certa concepção de natureza como um sujeito volitivo, que age rumo ao seu progressivo aperfeiçoamento.

Formulada esta concepção mais geral, na qual inicialmente se inscreve o conceito de seleção natural, cabe agora destacar que, no seu interior, ela abriga conteúdos bastante distintos de seus pressupostos filosóficos. Se não, vejamos: num primeiro momento, nosso autor enfatiza que no interior da prole de uma espécie existem pequenas variações que acabam por interferir na maior ou menor capacidade de sobrevivência de seus portadores (apenas como exemplo, o formato do bico de uma mesma espécie de pombos nunca é exatamente idêntico). Como o ambiente natural paulatinamente se transforma, e os recursos disponíveis no mais das vezes são escassos para prover a subsistência de toda a biota, aquelas variações interferem no maior sucesso reprodutivo de seus portadores. Ao longo de sucessivas gerações, teremos uma amplificação das diferenças originais, em estreita correlação com o devir do meio natural. Pedimos a atenção do leitor para o fato de que, **quando deixamos de lado aquela referida moldura mais geral do conceito (que supunha ser a inteira natureza um sujeito volitivo) e examinamos seus conteúdos peculiares, o mecanismo de seleção natural, assim formulado, já não envolve nenhuma finalidade embutida.**

Tomemos um exemplo do próprio Darwin, referente ao mimetismo presente em algumas espécies:

“Ao observarmos a cor verde dos insetos que se alimentam de folhas, ou o pardo-mosqueado dos que comem as cascas das árvores..., temos de admitir que estas colorações são úteis para essas aves e insetos, uma vez que os mantêm fora de muitos perigos”.⁹

⁸ Ibidem, p. 381.

⁹ Ibidem, p.98.

Mas ora, enquanto uma aproximação teleológica a esta questão diria que uma certa cor foi adquirida com “a finalidade” de uma espécie escapar de seus predadores, já a explicação por seleção natural afirma algo bem distinto disso. Ela apenas põe em evidência o fato de que, digamos, numa prole de insetos da mesma espécie, com pequenas variações no que se refere à coloração, têm maior chance de sobreviver aqueles que apresentam semelhança com a folhagem do ambiente onde vivem. Ao longo de muitas gerações, o maior sucesso reprodutivo caberá precisamente àqueles descendentes mais adaptados a esta nova realidade.

Assim, o fenômeno do mimetismo, que nos aparecia inicialmente como uma modificação teleológica – este persistente raciocínio finalista que reincide em nosso olhar humano nas mais diferentes ocasiões... – é na verdade o resultado de uma concatenação de causas eficientes, que operam sem finalidade prévia. Conforme o comentário mais geral de E. Mayr, um dos maiores evolucionistas do século XX:

*“Darwin nos ensinou que mudanças evolutivas aparentemente teleológicas e a produção de características adaptativas são apenas o resultado de evolução variacional, que consiste na produção de grande quantidade de variação a cada geração e na sobrevivência probabilística daqueles indivíduos que restam após a eliminação dos fenótipos menos aptos. A adaptação, assim, é um resultado a posteriori, e não a busca a priori de uma meta. Por essa razão, a palavra “teleológico” é enganadora quando aplicada a características adaptativas”.*¹⁰

Voltando ao próprio Darwin, cabe agora dizer que, anos depois da publicação de *A origem*, ele retornará à questão da teleologia em sua *Autobiografia* (redigida em 1876). Este último texto é um documento particularmente instrutivo, pois nele podemos presenciar a retrospectiva feita pelo próprio Darwin de seu trajeto. E é com certa surpresa que o leitor contemporâneo se depara com o explícito reconhecimento, por parte do autor, do fato de que à época da redação de *A origem*, ele ainda possuía efetivas convicções religiosas – mesmo que bem distintas do criacionismo tradicional – que foram retificadas ao longo de seu trajeto posterior. Confirmando a hipótese de leitura que aqui apresentamos, se no texto de 1859 ainda é possível encontrar passagens problemáticas, que podem sugerir um comprometimento do autor com supostos finalistas, já na *Autobiografia* Darwin se diferencia de modo mais radical daqueles que acreditavam existir na natureza um desígnio:

¹⁰ Mayr, Ernst (2005). *Biologia, ciência única*, São Paulo: Companhia das Letras, p. 76-77.

“O antigo argumento do plano [design] da natureza, tal como exposto por Paley, e que antes me parecia tão conclusivo, cai por terra, agora que a lei da seleção natural foi descoberta. Já não podemos argumentar, por exemplo, que a bela charneira [hinge] de uma concha bivalve deve ter sido feita por um ser inteligente, como a charneira de uma porta foi feita pelo homem. Parece haver tão pouco planejamento na variabilidade dos seres orgânicos e na ação da seleção natural quanto na direção em que sopra o vento. Tudo na natureza é resultado de leis fixas”.¹¹

A passagem é fundamental. Nela, Darwin consoma sua ruptura com a cosmovisão teleológica – ruptura que sem dúvida já se iniciara em *A origem* – e distingue pelo menos dois níveis distintos de organização do ser. Se da charneira de uma porta pode-se legitimamente afirmar que foi desenhada por um homem para atender uma certa finalidade, o mesmo não se pode dizer da articulação que une as duas peças de uma concha bivalve. Esta última é o resultado de um processo de seleção natural, onde não houve nenhum tipo de finalidade comandando seu transcurso, mas apenas sucessivas transformações que beneficiaram os organismos portadores de certas características. Aqui, vemos um Darwin interessado em distinguir duas dimensões do ser: enquanto no ser natural – na concha bivalve – não cabe falar em planejamento, já no mundo formado pela ação humana (neste mundo onde se presentifica a elaboração da “charneira de uma porta”), aí sim cabe falar em planejamento, em ação orientada para um fim.

* * *

A referência ao exemplo darwiniano da charneira de uma porta, produto do trabalho humano, nos oferece a ocasião adequada para ingressarmos agora no pensamento de Marx. Sem dúvida, o filósofo alemão foi um dos pensadores que mais se ocupou desta experiência básica de nossa espécie que é a transformação da natureza pelo trabalho. E quando estudamos os escritos de Marx nos quais ele conceitua com mais vagar os elementos presentes num processo de trabalho, vemos que, *nesta precisa esfera do ser*, é inegável a existência de uma dimensão teleológica. É o que nos esclarece uma conhecida passagem de *O capital*:

“Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia

¹¹ Darwin, Charles (2000). *Autobiografia*, Rio de Janeiro: Contraponto, p. 75 (corrigido de acordo com o original em inglês).

*antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade”.*¹²

Temos aqui registrada a descontinuidade entre a nossa espécie e as demais: ao invés da ação apenas instintiva, emerge nos humanos a capacidade de figurar idealmente sua própria atividade. Mas, atenção, esta descontinuidade não precisa ser interpretada como ruptura absoluta: assim como Darwin, e diferentemente dos criacionistas de sua época (interessados em afirmar a irredutível centelha divina do homem, portador de uma alma e coroa da criação), Marx não constrói uma muralha separando nossa espécie das demais. Já em seus *Manuscritos Econômico-filosóficos*, ele escreve que “o homem é imediatamente ser natural”¹³ (ser enraizado na natureza, portanto), para pouco depois adendar que o homem é capaz de objetivações conscientes. Diferença que se revelará decisiva ao longo da progressiva exteriorização do trabalho humano: assim é que, se o leitor deste artigo se dispuser agora a examinar o que existe à sua volta, não verá uma natureza originária, mas sim um gigantesco conjunto de edificações, de artefatos, etc., produtos da objetivação do trabalho humano.

O que nos cabe agora indagar é se, tal como ocorre na experiência laboral, também o decurso histórico mais geral seria orientado, na concepção de Marx, por uma finalidade. Tal como em Darwin, a aproximação a esta pergunta necessita ser feita com cuidado. Num primeiro contato com a obra marxiana, deparamo-nos com passagens que parecem se encaminhar para uma resposta afirmativa à questão.

Tomemos, a título de exemplo, os já citados *Manuscritos Econômico-filosóficos*. Neles, ao referir-se a uma futura sociedade comunista, Marx afirma que “é [o comunismo] o enigma resolvido da história, e se sabe como esta solução”¹⁴. Ora, é fato que um enunciado que afirma existirem enigmas na história, que encontrarão sua solução apenas no momento da meta realizada, caminha bem próximo a uma concepção finalista da história. E para que não se diga que esta é uma passagem localizável apenas na juventude de Marx, podemos citar também o capítulo 24 de *O capital*, onde após fazer uma análise da violência presente no processo de transição da sociedade feudal para a

¹² Marx, K. (1980). *O capital* (Livro 1, volume I), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 202.

¹³ Marx, K. (2004). *Manuscritos Econômico-filosóficos*, São Paulo: Boitempo Editorial, p. 127.

¹⁴ *Ibidem*, p. 105.

sociedade capitalista, nosso autor apresenta nestes termos o futuro advento de uma sociedade socialista, que entende estar bem próximo:

*“Soa a hora final da propriedade particular capitalista. Os expropriadores são expropriados. (...) A propriedade privada capitalista é a primeira negação da propriedade individual baseada no trabalho próprio. Mas, a produção capitalista gera sua própria negação, com a fatalidade de um processo natural. É a negação da negação”.*¹⁵

Ao invocar a “fatalidade de um processo natural”, Marx torna-se vulnerável àquela mencionada crítica que entende ser sua concepção uma versão materialista da filosofia da história de Hegel (esta sim, reconhecidamente teleológica). Possibilidade de leitura que se vê reforçada pelo uso do conceito hegeliano de negação da negação.

Feito este registro, analisemos agora a vertente que nos parece mais fecunda no interior do pensamento de Marx. Pois de modo algo paradoxal, eis que o próprio filósofo nos oferece os meios para se desconstruir a matriz teleológica anterior, rumo a uma concepção mais aberta do processo histórico. E não é preciso recorrer-se apenas à obra da maturidade de Marx para comprovar isso: mesmo num texto como *A ideologia alemã*, na polêmica com os filósofos neo-hegelianos, encontramos uma excelente passagem a este respeito (como que a nos mostrar que a partição excludente entre jovem Marx e velho Marx não é, afinal, uma boa chave de leitura). Nela, nosso autor se pronuncia com muita clareza contra o idealismo teleológico que caracterizava a formulação dos neo-hegelianos, onde a história surgia como um sujeito dotado de vontade. Diferenciando-se de tal concepção, o texto afirma o caráter mundano da experiência humana histórica:

*“A história não é senão a sucessão das diversas gerações, cada uma das quais explora os materiais, capitais, forças de produção que lhe são legados por todas as que a precederam, e que por isso continua, portanto, por um lado, em circunstâncias completamente mudadas, a actividade transmitida, e por outro lado modifica as velhas circunstâncias, o que permite a distorção especulativa de fazer da história posterior o objectivo da anterior, por exemplo, colocar como subjacente ao descobrimento da América o objectivo de proporcionar a eclosão da revolução francesa”.*¹⁶

Evitando, pois, a visão antropomórfica de história, Marx a devolve a seu solo fundante: concatenação temporal das diferentes gerações de seres humanos, que se relacionam entre si e com a natureza. Quanto à existência de uma teleologia neste

¹⁵ Marx, K. (1980). *O capital* (Livro 1, volume II), RJ: Civilização Brasileira. p. 881.

¹⁶ Marx, K. e Engels, F. (1981). *A ideologia alemã*, Lisboa: Edições Avante. p. 47-48.

processo, o nítido exemplo referente à relação entre o descobrimento¹⁷ da América e a Revolução Francesa nos mostra que o que estava ali presente era tão somente uma relação causal, mas não teleológica. Sendo mais explícitos: ao fazer a análise dos processos históricos que levaram à eclosão da Revolução Francesa, é legítimo incluir-se o descobrimento da América como um deles. Mas uma perspectiva teleológica não se satisfaz com este sóbrio registro: ela vai bem mais além, e afirma que havia uma finalidade – consciente ou inconsciente – no fenômeno de 1492, que seria propiciar a eclosão, séculos depois, da própria Revolução Francesa. É precisamente contra este erro teleológico que se endereça o alerta de Marx.

Voltando agora à questão que apresentamos mais atrás, referente à possibilidade de se expandir a teleologia existente num processo de trabalho para o transcurso histórico mais geral, vemos com nitidez que a resposta que se impõe é negativa. Ou seja: **é um erro transpor-se as categorias explicativas do processo de trabalho para o âmbito macro-histórico**. Pois se no primeiro caso a atividade transcorre sob a égide de uma causalidade de fato marcada por uma teleologia, o mesmo não ocorre no âmbito do processo histórico como um todo.

Mas não seria uma contradição afirmar – como faz Marx – que os homens agem perseguindo finalidades e que mesmo assim a história humana não é teleológica? De forma alguma. Basta lembrar que, na concepção marxiana, a partir da atividade humana emerge uma realidade distinta daquela intentada pelos seus agentes. Seja na formação de um ente singular, o capital (que adquire uma lógica própria de expansão), seja nos cotidianos conflitos entre as classes sociais, vale aqui lembrar uma passagem de F. Engels que ressalta com clareza a imprevisibilidade do curso histórico assim formado: “*o que um deseja tropeça com a resistência oposta por outro, e o resultado de tudo isto é algo que ninguém desejava*”¹⁸. Formulação que nos deixa diante do caráter em aberto da experiência humana se fazendo: experiência determinada, sem dúvida, mas ainda assim imprevisível.

É bem sabido que as advertências quanto ao cuidado necessário para se analisar os diferentes momentos constitutivos de um processo histórico nem sempre foram

¹⁷ Seguindo a terminologia do texto marxiano, falamos aqui em *descobrimto* da América. Sabe-se que a historiografia contemporânea questiona tal expressão, ressalva que não afeta o cerne do presente argumento.

¹⁸ “Engels a Bloch (carta de 21/22 de setembro de 1890)”. In: Marx, K., e Engels, F. (s/data). *Obras Escolhidas*, vol 3, São Paulo: Editora Alfa-Omega, p. 285.

observadas pelos seguidores de Marx e Engels. Com efeito, já enquanto os autores estavam vivos, passou a circular uma versão de seu pensamento que interpretava as hipóteses marxianas sobre a importância das condições objetivas da vida humana no devir histórico como sendo imperativos a serem seguidos igualmente por todas as sociedades (procedimento que, ao fim e ao cabo, caracterizaria um estreito finalismo histórico). Entre as passagens nas quais Marx protesta contra esta vulgarização de seu pensamento – ele que já havia afirmado que “tudo que eu sei é que não sou marxista”¹⁹... –, merece destaque a carta de 1877 endereçada ao editor do periódico russo *Otecestvenniye Zapisky*. Nela, Marx diverge frontalmente da interpretação dada à sua abordagem do processo de transição de uma sociedade feudal para a sociedade capitalista:

“Isso é tudo. Mas não é o bastante para o meu crítico. Ele se sente obrigado a metamorfosear meu esboço histórico da gênese do capitalismo na Europa Ocidental numa teoria histórico-filosófica da marcha geral imposta pelo destino a cada povo, quaisquer que sejam as circunstâncias históricas em que ele se encontra, de modo que se possa finalmente chegar à forma de economia que assegura, com a maior expansão das forças produtivas do trabalho social, o desenvolvimento mais completo do homem. Mas eu lhe peço desculpas. Isso é me prestar demasiada homenagem e me envergonhar bastante”.²⁰

O que era então, na pena de Marx, o esboço de uma pesquisa histórica a ser testado em cada caso concreto passou a ser erroneamente interpretado como uma espécie de dogma a ser seguido de modo universal por todas as sociedades, daí o protesto marxiano contra a trivialização de sua teoria.

* * *

Buscamos demonstrar neste breve artigo que, percorrendo trajetórias distintas, tanto Marx como Darwin deram uma contribuição singular para o entendimento dos processos históricos de longa duração. Ao recusar as teses dos fixistas de sua época, Darwin nos mostra a natureza como um processo histórico se fazendo, que passa agora a demandar uma preocupação genealógica para o entendimento das diferentes espécies. “Nossas classificações hão de se transformar em genealogias”, nosso autor afirma de modo muito sugestivo ao final de *A origem das espécies*.

¹⁹ Apud “Engels a Schmidt (carta de 05 de agosto de 1890)” In: *Ibidem*, p. 283.

²⁰ Letter from Marx to Editor of the *Otecestvenniye Zapisky* (11/1877), Sítio da Internet: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1877/11/russia.htm>. Consulta em 03/2010.

Já em Marx encontramos uma recusa das polaridades que então disputavam a primazia no entendimento dos fenômenos sociais: nem Hegel, com sua teodiceia do Espírito, nem os empiristas, que apresentavam uma mera “coleção de fatos mortos”²¹. Vai então para um primeiro plano a afirmação de um processo histórico singular, que emerge da própria atividade dos grupos humanos em seu intercâmbio com a natureza. Muito brevemente, deixemos aqui anotado que é em função desta emergência de categorias especificamente sociais que o basilar conceito darwiniano de seleção natural – tão pertinente, como vimos, para a compreensão do devir das espécies na natureza – não deve ser transposto de modo acrítico para o âmbito das relações sociais (por mais que assim proceda a volumosa bibliografia produzida pelos defensores da sociobiologia contemporânea...)²².

Enfim, ao longo do percurso destes dois autores clássicos, vimos também que ambos se defrontaram com uma antiga e persistente concepção que afirma existir uma finalidade oculta comandando o transcurso dos processos naturais e históricos. Essencialmente equivocada, tal concepção dilata categorias que são válidas num âmbito determinado da experiência humana, expandindo-as para processos que a rigor, não são teleológicos.

Procuramos também tornar manifesto, ainda que isso possa soar inicialmente paradoxal, que em certas passagens dos dois autores examinados, é possível localizar marcas da concepção que está sob crítica. Sendo assim, aquele comentarista que se propuser a apresentar aos seus leitores um Marx finalista, ou um Darwin teleólogo, conseguirá em parte fazer isso, pois existem momentos nos dois pensadores que permitem esta interpretação. Porém, esta leitura, longe de ser, no nosso entendimento, a mais produtiva de seus textos, finda por desconsiderar o fundamental: o enorme esforço empreendido por ambos na crítica às visões de mundo então predominantes, que projetavam categorias humanas finalistas em processos não intencionais.

Enfim, partindo de uma teleologia, matriz de pensamento fortemente enraizada no século XIX (e que deixou marcas na obra deles mesmos), Marx e Darwin nos ofereceram

²¹ Marx, K e Engels, F. (1981). Op. Cit, p. 30.

²² Abordamos este ponto com mais vagar em nosso artigo: Martins, Maurício Vieira (2006). “Marx com Espinosa: em busca de uma teoria da emergência”, In *Crítica Marxista*, n. 22, Rio de Janeiro: Revan, p. 32-54. Vale lembrar que a crítica ao teleologismo encontra em B. Espinosa um de seus antecessores mais contundentes.

as condições de operar a sua ultrapassagem e visualizar uma história em aberto se fazendo. Para tal visualização, avulta em importância um trabalho de interpretação que, acompanhando a letra destes textos clássicos, desdobre-a para deles extrair aquilo que é mais fecundo e passível de diálogo com a nossa contemporaneidade.

Referências Bibliográficas

Darwin, Charles (2000). *Autobiografia*, Rio de Janeiro: Contraponto.

_____. (2002). *Origem das espécies*, Belo Horizonte: Itatiaia.

Fay, Margaret A. (1978). “Did Marx Offer to Dedicate Capital to Darwin?: A Reassessment of the Evidence”, In *Journal of the History of Ideas*, Vol. 39, No. 1, p. 133-146.

Lennox, James (1993). “Darwin was a Teleologist”, In *Biology and Philosophy* vol. 8, p. 408-421.

Martins, Maurício Vieira (2006). “Marx com Espinosa: em busca de uma teoria da emergência”, In *Crítica Marxista*, n. 22, Rio de Janeiro: Revan, p. 32-54.

Marx, K. (1980). *O capital* (Livro 1, volume I), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (1980). *O capital* (Livro 1, volume II), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (2004). *Manuscritos Econômico-filosóficos*, São Paulo: Boitempo Editorial.

Marx, K. e Engels, F. (1981). *A ideologia alemã*, Lisboa: Edições Avante.

_____. (s/data). *Obras Escolhidas*, vol 3, São Paulo: Editora Alfa-Omega.

Mayr, Ernst (2005). *Biologia, ciência autônoma*, São Paulo: Companhia das Letras.

_____. (2005). *Biologia, ciência única*, São Paulo: Companhia das Letras.